

Feminismos e antifeminismos em disputa

Jéssica Melo Rivetti^a, Alessandra Maia Terra de Faria^b,
Mayra Goulart da Silva^c

O que significa tratar da temática feminista no Brasil e no mundo? Na tentativa de mapear *campo* e *agência* de modo relacional, a abordagem sobre feminismos e antifeminismos se constitui no presente dossiê temático. Se, por um lado, a conhecida noção de campo segundo Bourdieu (2011) é um espaço razoavelmente autônomo, com suas próprias regras e códigos que devem ser apreendidos pelos agentes, por outro, é na multiplicidade dos seus empregos e disputas de seu significado pelos agentes (Diani, 2003), que melhor podemos compreendê-lo.

Em sociedade, antes mesmo de se legitimar para acessar o campo político, as pessoas se posicionam como feministas ou antifeministas, numa lógica que impele ações e performances políticas segundo uma dinâmica espacial dos distintos grupos em disputa. Identificar-se como feminista ou antifeminista, neste sentido, irá significar, por vezes, a obtenção de credenciais e algum tipo de posição social privilegiada. Pode até mesmo constituir uma narrativa e engendrar legitimidade para a imposição de determinada visão de mundo (ou a de seu grupo).

Nos últimos anos temos acompanhado uma rede internacional de ações e aglutinação de grupos segundo valores conservadores e propostas econômicas de cunho ortodoxamente neoliberal (Bonet-Marti, 2023; Brown, 2019). A disputa que encena a emergência dos antifeminismos, portanto, é relacional, e aglutina propostas com teor por vezes antidemocrático, que modulam discursos militaristas, xenofóbicos, intolerantes, racistas, antifeministas e de extrema-direita. Tais conjunturas que animam propostas excludentes em relação a minorias, as formulam como soluções rápidas em contexto de crise internacional do capitalismo, frente às tensões do mundo do trabalho, da crise climática e da mudança tecnológica. Esses fenômenos não são específicos à América Latina ou ao Brasil, mas algo sistêmico e que tem recebido muita atenção por parte dos estudos recentes das Ciências Sociais. O que

-
- a Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e Filosofia pela Universidade de Granada (UGR). Pesquisadora da Cátedra Extraordinaria de Filosofía Social de la Discriminación Corporal da Universidad de Granada e Instituto de las Mujeres. E-mail: jessicamrivetti@gmail.com
- b Professora de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: alessandramtf@gmail.com
- c Professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS). E-mail: mayragoulart@gmail.com



resta evidenciado no recebimento e avaliação de mais de 60 textos para integrar o presente *Dossiê Feminismos e antifeminismos na política*, o que nos desafiou e desde já agradecemos pelas excelentes contribuições que recebemos neste esforço e reflexão para adensamento das pesquisas nesta área temática. As autoras agradecem também à Rachel Rego¹, por gentilmente ter aceitado nosso convite para contribuir ao elaborar a capa² da presente edição.

Para sistematizar as produções do campo acadêmico sobre o assunto, o *Dossiê* teve por objetivo reunir contribuições que se esforcem em diagnosticar e analisar a transformação dos paradigmas políticos, sociais e culturais da estrutura de dominação masculina. Seja do ponto de vista da superação das assimetrias de poder e de gênero ou dos discursos antifeministas e conservadores que auxiliam e perpetuam a reprodução dessas desigualdades. O volume é composto por 18 artigos, divididos em três eixos principais: *i*. Disputas epistemológicas; *ii*. Formas de expressão dos antifeminismos; e *iii*. Estratégias democráticas de resistência.

É assim que, iniciando a edição, a interface epistemológica sobre o contexto e a etimologia dos conceitos, leva em consideração abordagens psicanalíticas e dimensões performáticas, o que marca a análise sobre o significado do termo “generificação”. O conceito é apresentado no artigo “Análise dos Processos de Generificação a partir de Estudos Brasileiros: Uma Revisão de Escopo”, de Ruth Correia et al.. A disparidade regional e seus impactos sobre a generificação são detalhados, e a necessidade de mais estudos sobre processos de generificação dentro das produções acadêmicas e no cotidiano é uma recomendação do estudo.

Ainda no sentido de compreender melhor a situação das mulheres pretas na academia, o artigo de Tales Andrade, Virginia Pessoa, Viviane Miranda e Romilda Oliveira discorre sobre a indagação: “Qual o lugar da mulher negra nos estudos da academia? Uma investigação da produção *stricto sensu* sobre a mulher negra no Brasil”.

A genealogia sobre a memória, o pensamento e legado da *América Ladina* segundo Lélia Gonzalez (2023), também marcam o início do *Dossiê*. Segundo uma proposta que apresenta epistemologicamente uma abordagem transversal sobre os debates envolvendo raça e gênero (em especial a questão da mulher negra dentro e fora do feminismo), sua ação política, possibilidades da militância e movimentos

-
- 1 Rachel Rego é artista visual e mestre em Filosofia e Questão Ambiental pela PUC-Rio. Atualmente, desenvolve sua prática e poética artística na Escola de Artes Visuais do Parque Lage a partir das técnicas de serigrafia, colagem, fotografia, desenho e gravura. Também tem atuado com a publicação de ensaios visuais, ilustrações e artes gráficas em meios físicos e digitais.
 - 2 Rachel Rego. Sem título, 2024. Colagem analógica sobre papel canson 200g/m², posteriormente digitalizada, 29,7 x 42 cm.

sociais, no artigo “Lélia Gonzalez: a confluência entre a vida acadêmica e a militância”, Marcelo Filho, Danielle Lobato e Renísia Filice apresentam ao público a relevância das experiências concretas ao pensamento social e político.

Por ser em grande medida formado a partir de sentimentos e posições reativas, o *antifeminismo* exprime feições contextuais específicas conforme a conjuntura, os atores/atrizes e posicionamentos identificados como ameaça às conformações de gênero tradicionais em alguma medida denunciadas pelo *feminismo* – ou feminismos no plural – (Galetti; Rivetti, 2023), que também ganha inflexões distintas ao longo do tempo e do espaço, embora mantenha como fio condutor o questionamento dessas mesmas conformações.

Em uma perspectiva mais ampla, no campo progressista, liderado, nesse tema, pelo movimento feminista desde a década de 1970, observa-se uma intensa discussão sobre questões que põem em xeque a modelagem tradicional das famílias. Como um exemplo da discussão, está a medida em que questionam qual seria a extensão do direito da sociedade de restringir a decisão da mulher sobre o prosseguimento de uma gravidez indesejada³. Nesse debate, o que está sendo discutido é a subordinação da mulher e o impacto das funções reprodutivas e de cuidado na sua vida (Satz, 2017).

O caráter estruturante que o tema do aborto assume na relação entre *feminismos e antifeminismos*, induz que a discussão seja objeto de análises variadas ao longo dos textos deste compêndio, cada qual com enfoques direcionados aos diferentes âmbitos da questão. Nomeadamente, cabe destacar para ilustrar a pluralidade das abordagens aqui ensejadas, contamos com os artigos de Bruna Camargo, intitulado “Em defesa das crianças? A instrumentalização da democracia no discurso antigênero” e de Carolina Garcia “‘É pelas mãos das mulheres que vai passar a retomada econômica do país’: a cidadania maternal nos discursos da extrema-direita brasileira”.

Dentro deste escopo, contudo, uma segunda dimensão se apresenta como constitutiva: a relevância dos agentes e da gramática religiosa nesta dinâmica de reação às transformações sociais que desafiam os papéis de gênero tradicionais. No campo conservador, a politização dos corpos e da sexualidade das mulheres (tanto cisheteronormativas como trans) é utilizada como amálgama de uma articulação entre o conservadorismo religioso e organizações não governamentais que têm como propósito bloquear qualquer possibilidade de atualização jurídico-política

3 Sobre a repercussão internacional das tentativas de retrocesso sobre o tema dos direitos reprodutivos no Brasil, ver Faria, 2024, disponível: <https://latinoamerica21.com/en/brazil-against-women/>. Acesso em: 26/07/2024.

que venha a questionar o paradigma tradicional da sexualidade (Vaggione, 2009). Nessa união de interesses, originalmente liderada por católicos e centrada na questão dos direitos reprodutivos e da família (Vélez, 2005), estão também os segmentos evangélicos organizados que têm obtido um inequívoco protagonismo, sobretudo a partir dos anos 2000 – ainda que seja impossível pensar em termos de um sujeito monolítico, haja vista as inúmeras diferenças entre as denominações e igrejas.

No Brasil, foi a partir desse período que a discussão passou a ter como esfera prioritária a legislativa, na qual se observa o embate entre projetos de lei que versam sobre direitos sexuais e reprodutivos, que têm como pano de fundo uma ampla discussão acerca das concepções variadas de modelos do que se denomina como *família* e como *mulher*, conforme se pode observar no artigo “PL 442/17 de Marielle Franco: conflitos e contingências entre movimento feminista e antiaborto” de Ana Carolina Gonçalves, Carolina Cagetti e Iara Amora dos Santos.

Como consequência, observa-se, ao longo desse processo, uma dinâmica de “desprivatização da religião” (Casanova, 1994), na qual alguns grupos religiosos atuam no espaço público na defesa do modelo tradicional para definição da família e da relação hierárquica entre seus membros, em particular no tocante à mulher, seu corpo e sua autonomia. Dentro dos templos religiosos (católicos e protestantes), o embate assume a forma de uma “guerra espiritual que é, a um só tempo, local e global” (Machado, 2013, p. 52).

Não obstante, assim como ocorre nos Estados Unidos, no Brasil a atuação dos grupos antifeministas combina atores laicos, muitos deles ligados a grupos políticos de direita, e grupos religiosos de diferentes denominações em uma articulação orientada por um “ecumenismo civil”, na medida em que as religiões deixam de lado as tensões entre suas identidades religiosas particulares para se articularem em torno de uma agenda política compartilhada (Faúndes, 2015). Sendo assim, rejeitando qualquer compreensão essencializante acerca do fenômeno religioso, compreendemos que a mobilização do léxico cristão é produto de escolhas e articulações contextuais, passíveis de serem disputadas dentro e fora dos locais de culto.

É nesse ponto que o tema é perpassado pelas discussões sobre o recrudescimento eleitoral e social enquanto fenômeno global, conforme se observa na discussão traçada por Paula Bedin no artigo “*La nueva ‘dama de hierro’. Concepciones y estereotipos de género en el autorretrato de Victoria Villarruel*” e por Luis Felipe Miguel e Alana Fontenelle em “Antifeminismo como identidade política: o caso da deputada Chris Tonietto” – que indicam os tradicionais papéis associados a identidade de gênero reiterada pela moralidade heteronormativa e masculinista fruto da

ideologia dominante presente na extrema-direita. Sobre essa narrativa, o artigo de Bruna Silva e Alessandra Chacham, “De ‘merdalheres’ a ‘conservadias’: o discurso de ódio masculinista”, ao analisar a expressão masculinista nas redes sociais nos fornecem um panorama cirúrgico sobre como a misoginia abre portas para a disseminação de ideais violentos, extremistas, e muitas vezes, antidemocráticos.

Nesse ensejo, Emanuelle Rodrigues e Camila Galetti em “O feminino em disputa: a aliança neoliberal-conservadora nos discursos do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro” e Iurca Lazzariny Rodrigues, Clécia Trindade Almeida de Jesus e Maria Inês Caetano Ferreira em “As deputadas federais do Partido Liberal (2023-27): um estudo sobre as ameaças ao feminismo e à democracia” versam como o bolsonarismo se ampara em um discurso familista e promove amplamente um antifeminismo estatal.

Avelar (2023) e os artigos escritos por Thaís Moreira em “Permanências, rupturas, transformações: os antifeminismos de ontem e de hoje” e Gabrielle Marques em “Blusas Verdes: um contramovimento de mulheres na década de 1930”, demonstram também que as expressões de autoritarismo não são recentes. Contudo, existem especificidades dessa nova “onda conservadora” que merecem uma atenção especial para a apreensão de como os agentes políticos da extrema-direita têm colocado em risco o sistema democrático e os direitos de diversos grupos subalternizados como a população LGBTQIAP+, pessoas racializadas (pretas, indígenas e imigrantes), mulheres, população rural e periférica etc.

Nesse sentido, o artigo de Janiffer Zarpelon intitulado “Os movimentos de resistência das mulheres diante do avanço da ‘onda neoconservadora’ na América Latina sob o olhar da perspectiva feminista decolonial” muito tem a contribuir para instigar novas reflexões sobre formas de conter o ataque as conquistas adquiridas a duras penas pelos movimentos sociais nas últimas décadas pós-redemocratização dos países latino-americanos.

Por fim, o Dossiê conta com quatro artigos que versam sobre a presença e participação das mulheres no sistema político brasileiro: *i*. “Democracia no Brasil e Violência Política de Gênero: dois lados da mesma moeda?” de Fabiane Simioni; *ii*. “Feminina ou Feminista: Estratégias de Mobilização Política nos Partidos PL e PSOL” de Fernanda Bouzan Cardoso, Ayanne Caroline de Almeida Alves e Carolina Althaller Maia de Oliveira; *iii*. “Gênero e raça como marcadores sociais de desigualdades na representação política: um estudo sobre a participação de mulheres e mulheres negras na política institucional no Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha-MG” de Cláudia Luz de Oliveira, Idalécia Soares Correia, Maria da Luz Alves Ferreira e Maria Railma Alves; *iv*. “Estratégias Eleitorais On-line e

Gênero: trajetórias e perspectivas das candidatas à vereança no município de Rio Grande da Serra” de Laura Cazarini Trotta, Carolina Gabas Stuchi, Gabriela Paula Silva Alves, Ana Beatriz Aquino e Clara Vinholi Araújo.

Nos últimos três casos, os textos foram produzidos de forma coletiva e todos fizeram o exercício de refletir sobre a participação política de mulheres – pretas e de partidos de esquerda –, analisando as estratégias, recursos e formas de mobilização em um contexto de disseminação desinformação, violência política de gênero e demais narrativas instrumentalizadas por movimentos da extrema-direita para minar tanto material, quanto simbolicamente (Faria et. al., 2023) as candidaturas e o exercício político de mulheres progressistas que reivindicam a autonomia feminina e políticas públicas de fomento à justiça social.

Sem esgotar as possibilidades de debates no campo das Ciências Sociais e em especial, da Sociologia, acreditamos, ainda assim, que este *Dossiê* e os artigos aqui contidos irão colaborar de maneira ímpar para o fomento e circulação da discussão sobre os avanços e retrocessos dos direitos políticos das mulheres e as disputas de visões de mundo presentes não somente no campo acadêmico e epistemológico, mas sobretudo, no político e cultural. Uma vez que o que está em jogo não é apenas a identidade feminista *versus* antifeminista, mas sim, as implicações disso, ou seja, as possibilidades de ruptura e transformação das relações sociais e do lugar simbólico (outrora, de subjugadas e silenciadas) destinado às mulheres em sua pluralidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELAR, Lucia et al. Womanhood in dispute: The impact of feminist and counter-feminist movements on the actions of congresswomen in Brazil. In: LIMA, Valesca et. al. (Orgs.) *The Consequences of Brazilian Social Movements in Historical Perspective*. Routledge, 2022. p. 228-250.
- BONET-MARTI, Jordi; BIGLIA, Barbara; CAGLIERO, Sara. De la movilizaci3n antiabortista a Vox La incorporaci3n del antifeminismo en la agenda pol3tica de la derecha populista espa3ol. *Estudios Ibero-americanos*, vol. 49, num. 1, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.15448/1980-864X.2023.1.44030>. Acesso em: 25/07/2024.
- BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the West*. Columbia University Press, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista brasileira de ci3ncia pol3tica*, p. 193-216, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>. Acesso em: 25/07/2024.

- CASANOVA, José. *Public religions in the modern world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- DIANI, M. (2003). Networks and social movements: a research programme. In: Diani, Mario e McAdam, Doug (eds.). *Social movements and networks. Relational approaches to collective action*. Oxford Univ. Press.
- FARIA, Alessandra Maia Terra; RIVETTI, Jéssica M.; CASTRO BUTTERBY, Carolina. Mulheres como o Outro na política brasileira: um balanço das candidatas vice-presidentas, vice-governadoras e vice-prefeitas (2014-2020). *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 10, n. 2, p. 294-321, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.38493>. Acesso em: 25/07/2024.
- FAÚNDES, José Manuel Morán. El desarrollo del activismo autodenominado “Pro-Vida” en Argentina, 1980-2014. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 77, n. 3, 2015, p. 407-435. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43497043>. Acesso em: 20/11/2023.
- GALETTI, Camila; RIVETTI, Jéssica M. (Orgs.). *Feminismos em Movimento*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2023. ISBN 6581177083
- GONZALEZ, Lélia. *América Ladina*. Rio de Janeiro: Biblioteca Básica Latino-Americana, 2023.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. *Cultura y Religión*, v. 7, n. 2, 2013, p. 48-68.
- SATZ, Debra. Feminist Perspectives on Reproduction and the Family. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer Edition)*, 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/feminism-family/>. Acesso em: 20/10/2022.
- VAGGIONE, Juan Marco. *El activismo religioso conservador en Latinoamérica*. Córdoba: CDD, 2010.